

Editorial

Nas últimas décadas, mais que em qualquer outro momento de sua história, o campo da Educação foi envolvido pelas demandas de maior engajamento na luta em prol da inclusão social e de mais empenho no cumprimento de políticas e metas que têm esse objetivo. A luta pela inclusão social – e escolar – envolve a relação entre distintos segmentos da sociedade e exige a compreensão da exclusão escolar como fenômeno que reflete o (e resulta do) imbricamento de aspectos sociais diversos: históricos, econômicos, políticos, culturais, assim como peculiaridades de desenvolvimento.

No Brasil, as políticas de inclusão preconizam a não-discriminação e a integridade cultural e implicam a consideração da relação entre **diversidade, diferenças e inclusão** com o objetivo de contribuir para a transformação, na escola, de discursos e práticas, de forma que permita a inserção e permanência dos grupos que encontram-se excluídos do/no espaço escolar.

Em meio ao processo de inclusão instituído no discurso político e ainda se *instaurando* no espaço escolar, releva-se o papel da investigação acadêmica sobre o tema. A produção acadêmica, fundamentada por abordagens diversas de **diversidade, diferenças e inclusão**, investiga, explicita e discute princípios e práticas de inclusão social, assim como os modos diversos de efetivação de discursos e práticas de educação inclusiva, confrontando-os com os limites objetivos de realização de uma educação de qualidade para todos em um contexto social antagônico.

Considerando a importância do tema a **Revista Olh@res** do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP, apresenta o **Dossiê Diversidade, diferenças e inclusão na educação básica** com a publicação de artigos – ensaios e relatos de pesquisa – sobre a temática.

O Dossiê, que compõe parte da revista, reúne nove (09) artigos que abordam questões relacionadas à diversidade, diferenças e inclusão na educação básica tendo como base trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes instituições que versam, principalmente, sobre questões (in)diretamente relacionadas à formação docente e à educação de alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva. A produção apresentada sobre o tema traz à tona aspectos diversos desses processos, evidenciando o impacto de discursos e práticas de inclusão sobre a instituição escolar e os sujeitos envolvidos.

Inicialmente, é apresentado um conjunto de artigos que abordam diversidade, diferenças e inclusão no âmbito da formação de profissionais da educação. **O ensaio “Formação de Professores para a Diversidade Étnico-racial”**, de Julvan Moreira Oliveira aborda a diversidade étnico-racial

apontando os processos de formação de professores como lócus de ações significativas que possibilitem desenvolver no cotidiano das escolas elementos fundamentais da identidade cultural afro-brasileira, de forma que o negro seja reconhecido como agente histórico, étnico e cultural, com sentido crítico e com visão de sua realidade.

Ainda sobre o tema formação, o artigo **“Formação de Professores e Educação Especial, reflexões e possibilidades”** de Karina Maldonado Pagnez, Rosângela Gavioli Prieto, Cássia Geciauskas Sofiato que tem como base um estudo de cunho bibliográfico, reflete sobre a temática analisando as tendências educacionais que orientam a formação em Educação Especial da década de 1970 à atualidade. Constata e problematiza a ausência de uma diretriz nacional que “oriente” as instituições de educação superior quanto ao formato dos cursos de formação de professores para a educação especial.

A questão exclusão/inclusão em processos formativos – docente ou discente – surge também no artigo **“O Trato Ético com a Inclusão Escolar em Sociedades Administradas”** de Luciene Maria Silva que discute a questão da inclusão à luz das ideias de Theodor Adorno sobre diferença enfocando a dimensão ética dos processos educacionais formativos engendrados com o objetivo de “desenvolvimento de uma consciência reflexiva, capaz de recusar práticas discriminatórias fundadas em representações estereotipadas da diferença”. Dentre os objetivos do texto, destaca-se o de explicitar e discutir o preconceito escolar frente aos “incluídos da educação inclusiva”. Nessa mesma perspectiva, o artigo de Maria das Graças Martins da Silva e Manira Ramos da Silva: **“Inclusão Social no Contexto do PROUNI e suas Contradições”** discute o tema no âmbito dos processos formativos para a docência, apontando limites dos processos inclusivos frente à ordem social estabelecida.

Nos artigos seguintes, a abordagem do tema enfoca o trabalho pedagógico com alunos indígenas, alunos negros e alunos com deficiência na construção de práticas que objetivam a inclusão escolar. O artigo **“O Ensino de Teatro junto a Alunos Indígenas: Um Desafio Intercultural”** de Christina Gontijo Fornaciari apresenta um relato de experiência de ensino, no âmbito da educação artística dirigida aos estudantes indígenas, destacando o desafio de relacionar os saberes dos povos indígenas ao uso de conhecimentos utilizados no ensino tradicional de teatro.

A discussão sobre modos de fazer a inclusão tem continuidade no artigo **“Comunicação Alternativa na Educação Infantil: Novas Práticas Pedagógicas”** de Patricia Celis Murillio e Leandro Osni Zaniolo. Tendo como base uma pesquisa bibliográfica, o ensaio questiona a centralidade conferida a oralidade na educação em detrimento de um maior investimento na construção de outras alternativas de comunicação para as crianças com deficiência e aponta o descompasso entre as proposições legais orientadoras da inclusão e o que efetivamente caracteriza os processos educacionais.

O trabalho de Maria Flavia Silveira Barbosa **“Inclusão Escolar e Ensino de Arte:**

Aproximações”, aborda a relação com o ensino da arte tendo como base formulações de Georg Lukács e Lev Vigotski sobre arte e educação estética. O artigo enfatiza a importância do ensino de arte na formação onilateral de todos indivíduos e discute a orientação inclusiva no campo da Educação e suas implicações para o ensino de arte nas escolas regulares.

Ainda tematizando a inclusão escolar de estudantes com deficiência, o trabalho **“O Cenário das Pesquisas Internacionais sobre a Inclusão e Escolarização do Aluno com Deficiência Intelectual”** de Ana Paula Pacheco Moraes Maturana e Enicéia Gonçalves Mendes nos apresenta pesquisa bibliográfica realizada na base de dados *Web of Science* sobre a literatura científica internacional recente (últimos 10 anos) relacionada aos tipos de escolarização dirigido aos alunos com deficiência intelectual. Como resultado, as autoras apontam que os artigos que compõem a amostra destacam, entre outros aspectos: a importância da participação dos pais na escolha do tipo de escolarização; como a gravidade da deficiência influencia a percepção do tipo de escola adequada e a necessidade de medidas que façam com que os professores sintam-se atuantes e responsáveis pelo processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual.

Fechando o Dossiê, temos o artigo de Beatriz Branco Maia e Marian Ávila de Lima e Dias: **“Educação Inclusiva: o que Dizem os Documentos?”** que analisa alguns documentos do Ministério da Educação representativos da posição oficial sobre a educação inclusiva no Brasil e enfatiza a necessidade de discussão do teor das argumentações em defesa da inclusão escolar que caracterizam os documentos analisados, como por exemplo, seu caráter moral e legalista e reflete, também, papel desempenhado por “orientações oficiais” que integram contradições e inconsistências na implementação da educação inclusiva.

Inconsistências, incoerências, fissuras, contradições é o que, em sua totalidade, os artigos publicados apontam ao discutir princípios orientadores, políticas públicas, metas pedagógicas, processos educativos etc que dão forma ao projeto nacional – político-pedagógico – de educação inclusiva, nos levando a refletir sobre a necessidade de maior atenção aos discursos e práticas de inclusão escolar, em curso por todo o país.

Na seção Entrevista da Revista Olh@res, Rosângela Gavioli Prieto, pesquisadora de grande expressão no campo da Educação Especial expõe suas reflexões sobre avanços político-pedagógicos, desafios e perspectivas do campo educacional frente ao público-alvo da educação especial, destacando-se suas considerações sobre a formação continuada de professores – de sala comum ou atendimento especializado –, os meios e modos de sua realização e seu impacto na construção de uma escola inclusiva.

Também é publicado nesse número o artigo de Janaína Pereira Duarte Bezerra, Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho; Rosiane de Fátima Ponce; Camila Cordeiro Becegato; Camila Rocha e Silva e Caroline Galan de Souza Pereira **“Periodização do Desenvolvimento Infantil e a Prática**

Docente na Pré-Escola: Reflexões a Partir da Teoria Histórico-Cultural”, que traz um relato de experiências ludo-pedagógica desenvolvidas em uma escola municipal de educação infantil enfatizando a importância de conhecimento das teorizações histórico-culturais sobre o desenvolvimento da criança para a prática docente nessa modalidade educacional.

Outro Relato de experiência, fruto de uma pesquisa-ação, o artigo **“Ressignificação da identidade negra em uma escola no distrito de Sopa, Diamantina, MG”** de Andressa Carvalho da Silva e Paula Cristina Silva de Oliveira, indaga sobre limites e possibilidades de uso da lei 10.639/03 no âmbito do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Mais uma vez questões relacionadas à formação de professores são destacadas como resultado da intervenção realizada em uma escola pública com o fim de favorecer a ressignificação da identidade negra pelos jovens estudantes.

Além dos textos que integram o Dossiê, a revista publica o artigo **“Alterações do Programa de Matemática do Ensino Básico Português: O Caso do Tema Organização e Tratamento de Dados”** de José António Fernandes e Maria Palmira Alves da Universidade do Minho, no qual são analisadas alterações ocorridas no Programa de Matemática para o Ensino Básico (2013) em Portugal . O tema focado é Organização e Tratamento de Dados, relativamente ao programa de matemática anterior (2007), tendo por referência as recomendações atuais para o ensino da estatística. O artigo aponta e discute o que, relativamente às recomendações atuais para a abordagem desta temática, pode ser tomado como retrocesso.

Equipe editorial
Maio de 2015